Art. 4.º Os indivíduos ou corporações que à data da publicação dêste decreto tiverem em circulação cédulas, senhas ou quaisquer títulos pagáveis à vista e ao portador deverão fazer cessar essa emissão e recolher todos os títulos emitidos no prazo de dez dias, sob pena de desobediência, além da apreensão dos títulos e demais responsabilidades legais.

Art. 5.º Pela Direcção Geral da Contabilidade Pública serão tomadas as providências necessárias para pagamento imediato das despesas excepcionais resultantes da execução do presente decreto.

Art. 6.º Ficam revogadas as disposições em contrário. O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e os Ministros do Interior e da Justiça e dos Cultos assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 15 de Agosto de 1917.—**BERNARDINO MACHADO**—*Afonso Costa*—*Artur R. de Almeida Ribeiro*—*Alexandre Braga*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Majoria General da Armada

1.ª Repartição

2.ª Secção

DECRETO N.º 3:297

Tendo o estado de guerra determinado a montagem de vários serviços que exigem enfermeiros navais, cujo quadro se acha incompleto, e sendo urgente providenciar no sentido de obter o pessoal preciso;

Usando da faculdade que me confere a lei n.º 491, de 12 de Março de 1916:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Marinha e ouvido o Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

Artigo 1.º No próximo dia 20 do corrente mês é dado por concluído o actual curso de enfermeiros navais, seguindo-se imediatamente os exames a que se referem os artigos 176.º e 178.º do regulamento de saúde naval de 18 de Novembro de 1914.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 15 de Agosto de 1917.—**BERNARDINO MACHADO**—*Afonso Costa*—*Artur R. de Almeida Ribeiro*—*Alexandre Braga*—*José Mendes Ribeiro Norton de Matos*—*José António Arantes Pedrosa*—*Augusto Luís Vieira Soares*—*Herculano Jorge Galhardo*—*Ernesto Jardim de Vilhena*—*José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães*—*Eduardo Alberto Lima Basto*.

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Secretaria Geral

LEI N.º 762

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É aprovado o contrato provisório celebrado pelo Governo em 2 de Agosto de 1917 para o arrendamento da fábrica de produtos químicos da Póvoa de Santa Iria, em harmonia com o decreto n.º 3:186, de 12 de Junho do mesmo ano, contrato que se considera anexo a esta lei.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro do Fomento a faça imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 15 de Agosto de 1917.—**BERNARDINO MACHADO**—*Herculano Jorge Galhardo*.

Contrato a que se refere a presente lei

Termo de contrato provisório para o arrendamento da fábrica de adubos químicos da Póvoa de Santa Iria,

na posse do Estado, com todas as suas pertenças, dependências e seus anexos.

Aos 2 dias do mês de Agosto de 1917, no Ministério do Fomento e gabinete de S. Ex.ª o Ministro, onde vim eu José Maria Cordeiro de Sousa, secretário geral do mesmo Ministério, estavam presentes duma parte o Ex.º Sr. Herculano Jorge Galhardo, Ministro do Fomento, primeiro outorgante em nome do Governo, e da outra parte, como segundos outorgantes, os Srs. José Luís Valdez Moura Borges, solteiro, maior, residente em Lisboa como representante que provou ser de Francisco António Borges, casado, banqueiro, António Dias Gomes, casado, capitalista, e Luis Adolfo Gama, casado, engenheiro civil, sendo estes residentes na cidade do Porto, assistindo também a este acto o Ex.º Sr. Dr. António de Oliveira e Castro, ajudante do Procurador Geral da República; e por ele Ex.º Ministro foi dito na minha presença e na das testemunhas ao diante declaradas que tendo o Governo da República resolvido dar de arrendamento, como consta do decreto n.º 3:186, de 12 de Junho dêste ano, publicado no *Diário do Governo* n.º 92, 1.ª série, da mesma data, a fábrica de adubos químicos da Póvoa de Santa Iria, na posse do Estado, e havendo sido aberto concurso público para aquele arrendamento, como consta do anúncio publicado no *Diário do Governo* n.º 140, 3.ª série, de 16 do referido mês, e tendo os Srs. Francisco António Borges, António Dias Gomes e Luis Adolfo Gama sido colectivamente os únicos concorrentes ao dito concurso, e mostrado, por documento suficiente, possuírem a capacidade financeira exigida no referido decreto para exploração da mesma fábrica e havendo sido aprovada em Conselho de Ministros de 14 de Julho findo a proposta apresentada por estes concorrentes, segundos outorgantes, e tendo os mesmos segundos outorgantes provado por documento autêntico, que fica junto ao processo na Direcção Geral do Comércio e Indústria, terem depositado na Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência a quantia de 10.000\$, representados pelo bilhete do Tesouro n.º 33:019, para garantia do presente contrato; e o Ex.º Ministro, como primeiro outorgante, dava de arrendamento aos segundos outorgantes a fábrica de adubos químicos da Póvoa de Santa Iria nas condições estipuladas e que são as seguintes:

1.ª O primeiro outorgante dá de arrendamento aos segundos outorgantes, pela renda anual de 11.000\$, em prestações mensais iguais, nos termos da lei geral e pelo período de dez anos, a começar na data do presente contrato, a fábrica de adubos químicos da Póvoa de Santa Iria, na posse do Estado, com todas as suas pertenças, dependências e anexos.

2.ª Além da renda de que trata a condição antecedente, os segundos outorgantes são obrigados a pagar, nos primeiros seis meses que se seguirem à data do fecho do balanço anual, 15 por cento dos lucros líquidos acusados pelo mesmo balanço. Esses lucros líquidos serão calculados deduzindo dos lucros brutos as despesas de fabrico e gastos gerais, não se deduzindo, porém, quantias que forem destinadas à amortização do capital.

3.ª Os segundos outorgantes são obrigados a ter a fábrica, com todos os seus maquinismos e utensílios, pertenças, dependências e anexos, segura contra risco de incêndio e nas condições que o Governo aprovar.

4.ª Os segundos outorgantes são obrigados a conservar em estado de utilização normal todos os edificios da fábrica, suas dependências, pertenças e anexos, bem como as máquinas, aparelhos, fornos, utensílios e meios de trabalho, fazendo as necessárias reparações e substituindo o que não puder ser reparado convenientemente, sendo essas reparações e substituições de conta dos arrendatários e sem direito a indemnizações.

5.ª Os segundos outorgantes ficam obrigados a fabricar anualmente um mínimo de 15:000 toneladas de su-